



Seminário Internacional de integração - Brasil e Angola



Autoridades do MPM recebem delegação angolana

págs. 4 e 5



PJMs

Secretários reúnem-se em Brasília

pág. 6 e 7

Seções

MPM na Mídia pág. 2

MPM em ação pág. 8

Maceió

36º Encontro dos Corregedores - Gerais do Ministério Público e da União,
pág. 7



Ainda nesta Edição

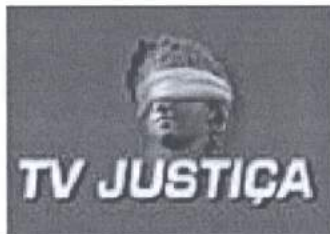
"Caso Pinochet" pág. 3

visite nosso site: www.mpm.gov.br



MPM na mídia

Inaugurada no ano passado, com a finalidade de divulgar as ações do Judiciário e do Ministério Público para esclarecer melhor a população sobre os temas jurídicos, a TV Justiça completou um ano no mês passado (11/08). Nesse período, o Ministério Público Militar tem participado ativamente das programações. Membros do



MPM têm sido convidados pela produção do programa Procuradoria em Geral, da TV Justiça, a tomar parte de discussões e entrevistas sobre assuntos de interesse da sociedade e fatos ocorridos recentemente, aprofundando também quanto à atuação da Justiça Militar. Veja os temas que estiveram em pauta nos últimos meses:

Forças Armadas no combate ao tráfico



Em julho (18), o vice-procurador-geral, Edmar Jorge de Almeida, foi entrevistado a respeito da possibilidade do Exército atuar no combate ao tráfico de entorpecentes. Em suas explicações quanto à legitimidade do papel das Forças Armadas, Edmar Jorge afirmou que essas já têm sido empregadas, particularmente no aspecto logístico, de comunicações, de informações, etc. "Porém, sua atuação deve ser mantida em situações pontuais, em locais restritos e por tempo determinado como estabelece a lei", salientou. Questionado quanto às discussões no Senado Federal com a finalidade de permitir a convocação mais freqüente do exército junto à população, o vice-procurador-geral posicionou-se contrariamente à mudança.

"As Forças Armadas estão reservadas atuações em casos mais relevantes como a garantia dos poderes constitucionais e do regime democrático, a defesa da pátria, da integridade da nação, da soberania, das fronteiras e graves ameaças de repercussão nacional. Portanto, em certas ocasiões, a atuação das Forças Armadas pode ser admitida, mas, não deve nunca chegar a ponto de substituir as forças policiais locais", justificou.

Aperfeiçoamento de servidores

Ainda no mês de julho (24), a procuradora-geral da Justiça Militar falou à TV Justiça sobre o primeiro Encontro Nacional dos Secretários das Procuradorias da Justiça Militar, realizado pela PGJM, que aconteceu na ESMPU. "É importante que encontros desta natureza sejam promovidos com o intuito não só de integrar as procuradorias e facilitar o intercâmbio de experiências, mas também aprimorar a atuação profissional dos servidores", declarou, na ocasião, Marisa Cauduro explicando os objetivos do encontro.

Investigação na Base de Alcântara

No mês de agosto (26), o subprocurador-geral da Justiça Militar Péricles de Queiroz comentou sobre o acompanhamento que MPM fará no Inquérito Policial Militar - IPM

instaurado para apurar as causas do acidente ocorrido com o foguete VLS-1, na Base de Alcântara (MA), acidente da central de lançamento de Alcântara, no Maranhão. "O MPM tem o papel de acompanhar as investigações do fato e eventual definição de responsabilidade criminal que possa surgir. Antes de se especular sobre as possíveis causas do acidente e seus responsáveis, devemos avaliar, examinar e pesquisar o que realmente aconteceu", esclareceu Péricles.

Oriente Médio e o TPI

Também em agosto (27), a TV Justiça fez entrevista com o subprocurador-geral da Justiça Militar Carlos Frederico Pereira sobre as medidas que podem ser tomadas contra os crimes cometidos no Iraque, face também ao ataque em Bagdá que ocasionou a morte do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, alto comissário da ONU e, ainda, sobre a atuação Tribunal Penal Internacional - TPI nesses conflitos armados. "Para se caracterizar crime de guerra, alguns requisitos devem ser observados; primeiramente é preciso saber se crime aconteceu em um país que aderiu ao TPI, que não é o caso do Iraque, ou se o agente do crime nasceu em alguma dessas nações que fazem parte do TPI, de outra forma o Tribunal não pode agir", explicou Carlos Frederico.

Ministério Público da União • Ministério Público Militar • Procuradoria-Geral da Justiça Militar

MPM notícias - Informativo do Ministério Público Militar • Publicação de circulação dirigida, editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da PGJM

Marisa Terezinha Cauduro da Silva - Procuradora-Geral da Justiça Militar
Edmar Jorge de Almeida - Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar
Carlos Frederico de Oliveira Pereira - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão
Péricles Aurélio Lima de Queiroz - Corregedor-Geral
Berta Martha Wernik - Chefe de Gabinete
Pedro Alberto da Silva Alvarenga - Diretor-Geral

Editora - Solange Pereira Pinto DRT/4781/14/80/DF
Jornalista - Hebert França
Diagramação/Arte - Alessandra Duarte/Felipe Cruxen
Estagiário - Paulo Rodrigo Ribeiro Guimarães

Endereço: SAUS Quadra 3 Bloco J - 70.070-25 - Brasília - DF - Tel.: (61) 313.6108/6107 - Fax: (61) 313-6114

www.mpm.gov.br - E-mail: ascom@mpm.gov.br



Perfil

Arilma Cunha da Silva

Novata entre os subprocuradores-gerais da Justiça Militar, com nomeação em julho passado, Arilma Cunha da Silva ingressou no Ministério Público Militar em setembro de 1992, sendo promovida ao cargo de Procuradora da Justiça Militar três anos depois. Nesta edição do MPM Notícias, essa carioca mãe de dois filhos, que gosta de ler e se realiza com trabalhos sociais, nos conta um pouco sobre suas experiências e fala das expectativas frente ao novo cargo.



1º contato - “Quando fazia uma pós-graduação em Direito Penal conheci um Juiz-Auditor que me convidou para assistir uma audiência na Justiça Militar. Fiquei impressionada com o formalismo e, após obter maiores informes acerca do funcionamento desse ramo do Judiciário, resolvi envidar esforços para ingressar na Justiça Militar. Comecei minha preparação estudando no curso preparatório ministrado pelo querido amigo, Subprocurador-Geral aposentado José Carlos Couto de Carvalho - onde posteriormente passei a ser professora; ocupação paralela exercida, prazerosamente, durante alguns anos”.

De aluna à mestra - “Durante o tempo em que exerci a atividade docente, tive a oportunidade de contribuir para a aprovação em concursos de um considerável número de candidatas. Essa atividade que

teve início nos anos 90 perdurou por quase uma década, sendo interrompido em 1999, quando de meu ingresso no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, ministrado pela Escola Superior de Guerra. A pesada carga horária do citado curso impediu o prosseguimento desse trabalho que tanto me gratificou. A atividade docente, para mim, é tão prioritária como o exercício da minha função no MPM”.

Trabalhos sociais e realização pessoal - “A promoção ao cargo de Subprocurador-Geral representa a realização para todos aqueles que ingressam em uma carreira e atingem o seu ápice. Entretanto, sinto a necessidade de buscar outro tipo de realização, como por exemplo, a retomada ao magistério e aos trabalhos sociais, atividade esta que já desenvolvia no Rio de Janeiro”.

Novos desafios - “Com referência às novas atribuições, posso dizer que realizei mais uma etapa desejada. A elaboração

de um parecer exercita o meu lado professor, é como voltar àquele tempo. Quanto à mudança de cidade, sinto muitas saudades dos meus filhos que permaneceram no Rio, local onde cursam a Faculdade de Direito. Gostaria que estivessem aqui, mas não posso exigir. A vida é deles. No início está um pouco difícil, mas tenho certeza que o tempo se encarregará de aparar todas as arestas”.

Expectativas - “O otimismo que adoto como modo de vida me permite esperar sempre pelo melhor. Assim, agradeço a Deus, diuturnamente, por todas as dádivas que me tem concedido. O restante se conquista com o tempo. Estou muito tranqüila para o exercício das novas atribuições como Subprocuradora-Geral. É a carreira que escolhi e, como tal, quero exercê-la da melhor maneira possível”.



Brasil recebe Angola para seminário Internacional



João Maria Moreira de Sousa

Em agosto (20 a 22), foi realizado na Procuradoria Geral da Justiça Militar - PGJM o “IV Seminário Internacional de Integração dos Ministérios Públicos Militares do Brasil e de Angola”. O encontro teve por objetivo o intercâmbio de informações e experiências, bem como o desenvolvimento de trabalhos conjuntos visando intensificar a integração dos MPMs participantes. O evento trouxe a capital federal, autoridades angolanas como o vice-procurador-geral da República de Angola e procurador-geral das Forças Armadas Angolanas - FAA, João Maria Moreira, que juntamente com sua delegação foi recebido pela procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro.

No seu discurso de abertura, Marisa afirmou que o propósito desses encontros, em períodos regulares, é propiciar a manutenção do debate, difundindo novas idéias e renovando informações peculiares. “A integração, com as transferências de experiências originais e, principalmente, o conhecimento das áreas de atribuições dos Promotores de Justiça Militar, em tempo de paz e em período de guerra, é fundamental. Entendo que a promoção de reuniões jurídicas é indispensável ao dinamismo que deve incidir em todos os foros das instituições que perseguem a atualização constante”, declarou a anfitriã.

Na programação, palestras abordando temas como a luta contra a corrupção; Ministério Público e a advocacia; modernização da Polícia Judiciária; Direito Humanitário; reforma da Justiça Militar. Além disso, o evento foi marcado por

debates ao final de cada palestra, coordenados pelo vice-procurador-geral, em exercício, Mário Sérgio Soares.

Corrupção em debate - No primeiro dia do seminário Internacional, procurador-geral angolano João Maria Moreira ministrou palestra com o tema “A luta contra a corrupção: uma maneira de elevar a integridade moral nas FAA”. Dentre as várias abordagens do tema, o palestrante avaliou que a corrupção é um problema moral, uma falta grave na consciência dos



João Maria Moreira de Sousa

servidores públicos. Em sua análise, o fenômeno afeta o normal desenvolvimento da gestão pública e incide sobre a economia e as políticas de crescimento de um país. João Maria falou que a globalização, na sua tendência atual, tem gerado um ambiente propício para o incremento da corrupção em níveis inimagináveis, adaptando empresas ao exercício de atividades ilícitas e completou “devemos abordar o fenômeno com seriedade, tomando medidas corretas de prevenção e controle. Acredito que a causa dos altos níveis de corrupção do povo angolano, não está no mau caráter de alguns, mas no conjunto de deficiências existentes nas nossas instituições”. E conclui dizendo: “a corrupção é própria da condição humana e a história deste fenômeno se confunde com a própria história do Estado”.

Modernidade – “O Ministério Público e a Advocacia, seu relacionamento conguente e divergente” foi o assunto abordado pelo subprocurador-geral da

Justiça Militar Kleber Coêlho. Segundo ele, a modernização ministerial brasileira contribuiu para a adaptação às novas exigências do direito social. “Penso que é pertinente à Defensoria Pública a garantia individual e coletiva de assistência jurídica gratuita à população necessitada, prevista na Constituição Federal. Já o membro do Ministério Público deve estar sempre vigilante a impedir a impunidade dos criminosos, ricos ou pobres, assim como aos que, à sombra do poder, arrombam o erário e se apoderam das riquezas da nação”, falou Kleber Coelho ao encerrar sua apresentação.

Tribunal Penal - Na abertura do segundo dia de seminário, o Coordenador da Câmara de Cooperação e Revisão, Carlos Frederico, discorreu sobre “Direito Humanitário e Tribunal Penal Internacional – TPI”. Crimes de guerra, Estatuto de Roma, conflitos agrários e armados foram assuntos abordados. Questionado quanto à atuação do TPI Carlos Frederico declarou: “acredito que o TPI seja uma jurisdição permanente e complementar que não se substitui, e que age na medida em que a jurisdição interna de um país não atuar”.



Carlos Frederico de Oliveira Pereira

Reforma no sistema - Dando continuidade ao encontro o angolano Helder Pittagrós, diretor de Polícia Judiciária Militar, abordou “A reforma no sistema de Justiça Militar em Angola”, falando do movimento guerrilheiro angolano, da luta armada e a independência. “Em 1977, as Forças Armadas Angolanas, após uma tentativa de golpe de Estado, necessitaram de uma



Helder Fernando Pittagrós

reforma e com isso foram criados Tribunais e Procuradorias Militares”. Pittagrós

explicou que a Justiça Militar do seu país era formada, em grande parte, por militares que não possuíam formação jurídica, tendo em vista que o curso de Direito surgiu em Angola somente em 1977. “Eu e mais um colega, fomos os primeiros integrantes nos órgãos militares licenciados em Direito”, disse Helder Pittagrós.

Polícia Judiciária – A palestra “A necessidade de modernização da polícia judiciária brasileira”, apresentada pelo procurador da Justiça Militar em Minas Gerais, Antônio Duarte, encerrou o evento. Em sua reflexão a falta de formação investigativa, incide no despreparo de

oficiais e prejudica os trabalhos de apuração dos casos. “A Polícia Judiciária precisa ser aparelhada e reorganizada em bases científicas. Acredito que, aperfeiçoar os conhecimentos em relação aos processos de combate ao crime é sempre uma necessidade imperiosa, em face do aumento da criminalidade, dos crimes violentos, da corrupção associada ao tráfico de drogas e do surgimento de novas formas de crime organizado. É necessário, portanto, que a Polícia Judiciária seja realmente aquele ‘olho’ da justiça, mas para isso é preciso que se reorganize e alcance um grau de modernização e aperfeiçoamento científico”, finalizou Antônio Duarte.



A delegação angolana de 2003

Chefiada pelo general João Maria, foi integrada também pelos oficiais: tenente-general Antônio dos Santos Neto - juiz do Supremo Tribunal Militar, brigadeiro Helder Pittagrós - diretor da Polícia Judiciária Militar, coronel Adão Antônio - chefe de Repartição de Fiscalização Judicial da Procuradoria Militar das FAA, e tenente-coronel Juscelino Sombreiro - procurador militar da Zona de Militar Bié. A comitiva angolana recebeu, no encerramento, placas de homenagem do Ministério Público Militar brasileiro. Na avaliação de Juscelino Sombreiro, as informações adquiridas durante o evento foram de enorme valia e, durante a entrevista, afirmou: “irei me aprofundar na legislação brasileira para que no próximo seminário eu possa participar mais ativamente”.



Protocolo de Cooperação: o início

As relações institucionais com o Ministério Público Angolano foram instituídas no primeiro semestre de 1997, por ocasião da visita de uma delegação do Ministério Público Brasileiro àquele país, para de conhecer as atividades conduzidas por militares do Brasil que integravam a Força de Manutenção de Paz da ONU. A partir desse marco fundamental, autoridades brasileiras, a alta administração da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, e a Embaixada de Angola, no Brasil, e da do Brasil, em Luanda, uniram esforços para impulsionar acordo cooperativo celebrado em Luanda no mês de outubro do ano seguinte, reafirmado igualmente no mês de outubro do ano passado.

Esse intercâmbio com a Justiça Militar de Angola partiu da iniciativa do ex-procurador-geral da Justiça Militar Kleber de Carvalho Coelho, que durante os quatro anos (1996-1999) de mandato promoveu diversos seminários jurídicos na sede do MPM, em Brasília, e em Luanda, permitindo que fosse consolidado o propósito de intercâmbio permanente com aquele país. Pelo lado angolano, o general Benigno Vieira Lopes, adido das Forças Ar-

madas Angolanas e decano dos adidos de forças estrangeiras no Brasil, desempenhou inestimável contribuição para o fortalecimento das visitas das delegações.

O acordo celebrado com o Ministério Público de Angola resultou em enriquecedora percepção de experiências, notadamente àquelas relativas à atuação do promotor em áreas de conflito armado, programas de prevenção à criminalidade militar e à organização e preparo dos quadros em tempos de guerra.

O protocolo de cooperação compreende a troca de informações, experiências e ações de aperfeiçoamento, no campo do Direito Penal, Processual e Administrativo, relativas à atuação do Ministério Público, da Justiça Militar, da Polícia Judiciária Militar, e, também, a troca de bibliografias, o desenvolvimento de trabalhos conjuntos visando proporcionar aos integrantes da Justiça Militar Angolana, em seu país e no Brasil, a participação em seminários, conferências, cursos de especialização e outros eventos vinculados à Justiça Militar ou ao Direito Militar organizados pelo MPM brasileiro ou por entidades conveniadas de aperfeiçoamento jurídico e no conhecimento científico e cultural.



1º Encontro de Secretários na PGJM

De 20 a 22 de agosto, a Procuradoria Geral da Justiça Militar - PGJM com a parceria da Escola Superior do Ministério Público da União realizaram, no auditório da ESMPU, em Brasília, o Encontro Nacional de Secretários das Procuradorias da Justiça Militar. Foi a primeira vez na história do MPM, que a PGJM e os 20 secretários das PJM - 14 das Procuradorias da Justiça Militar nos Estados e mais os seis secretários dos Ofícios da PJM Rio de Janeiro - se reuniram para discutir padronização, otimização e descentralização de atividades e procedimentos.

Como explica o diretor-geral do MPM e coordenador do encontro, Coronel Pedro Alvarenga, o evento foi todo estruturado de forma a atacar diretamente os pontos que interferem diretamente no pleno desenvolvimento dos trabalhos da instituição. Para isso, acrescenta ele, cada chefe de divisão, setor ou assessoria da PGJM e os secretários das regionais foram orientados a identificar os principais problemas nas relações de trabalho e a buscar a melhor forma de corrigi-los. "Optamos por um evento mais prático e menos expositivo. A maior parte do encontro foi dedicada as conversas diretas dos responsáveis pelos setores com os secretários das PJMs, sendo que as divisões que mais se relacionam com as procuradorias realizaram oficinas para que os servidores dos estados acompanhassem toda a tramitação das atividades geradas nas PJMs".

Abrindo a programação do encontro, Maristela Turati realizou o seminário Relações Interpessoais. Segundo as definições da própria consultora, o tema foi desenvolvido de forma a "conduzir cada participante a analisar seus comportamentos, avaliando as atitudes estabelecidas nos relacionamentos interpessoais dentro da organização". Além dos secretários, servidores da PGJM participaram do seminário.

Ainda no primeiro dia do encontro, o corregedor-geral do MPM, Péricles de Queiroz, realizou a palestra "A Correição Ordinária nas Secretarias das Procuradorias da Justiça Militar". Essa "conversa" como definiu o corregedor teve por finalidade desmistificar esse procedimento administrativo rotineiro. "A correição ordinária nada mais é que uma visita técnica agendada pelo Corregedor-geral para verificar como são desenvolvidos os trabalhos por membros e servidores nas Procuradorias da Justiça Militar, o objetivo é o aprimoramento das atividades", define Péricles de Queiroz. Como ele explica, essa acepção fiscalizatória, adquirida pelas correições, remonta à origem do procedimento, surgido no século XVII. Durante sua apresentação o corregedor-geral apresentou modelos de documentos e formulários desenvolvidos na PGJM com vistas à uniformização de métodos nas PJM.



Auditório ESMPU



Cel. Pedro Alvarenga - Diretor-Geral do MPM



Oficina com secretários na DOF



Padronização das rotinas da DDJ



Procuradora-geral ressalta a capacitação dos servidores

Avaliação

Falando para os secretários, a procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro, ressaltou a importância do intercâmbio de experiências entre as procuradorias nos estados e a PGJM como mecanismo para o aperfeiçoamento das relações profissionais e da instituição como um todo. A capacitação de servidores foi outro item destacado pela procuradora-geral em seu discurso. "Estamos trabalhando para que o aprimoramento individual seja cada vez mais uma meta e a valorização profissional uma constante nessa caminhada de crescimento e fortalecimento do Ministério Público Militar", afirmou.

Anfitriã do evento, a diretora-geral da Escola Superior do Ministério Público da União, Sandra Cureau, apontou a integração como ponto principal para a estruturação do MPM e de todo o Ministério Público. "Integrar para tornar mais fácil os trabalhos internos e integrar a instituição Ministério Público para que ela possa melhor resistir aos ataques externos", declarou.

Entre os secretários a avaliação do encontro foi bastante positiva. Para Kátia de Sá, secretária da PJM Campo Grande foi uma excelente oportunidade para esclarecer dúvidas que há muito perduravam nas procuradorias. Náder Mohamad,



Kátia de Sá - PJM Campo Grande



Clarice Silva - PJM Porto Alegre

secretário da PJM Curitiba, afirma que a integração com os diversos setores da PGJM permitiu uma visão global das rotinas geradas na PJM. Já Clarice Silva, da PJM Porto Alegre destaca a interação entre os secretários o que permitirá uma uniformização de métodos e procedimentos. Segundo Maria Margarida, do 5º Ofício da Procuradoria do Rio de Janeiro, o encontro possibilitou que as secretárias de ofício se reunissem para começar a discutir a padronização dos serviços. “As atribuições do dia-a-dia não permitem que nos reunamos para uniformizar as rotinas”, justifica Margarida. Mais específico, Joaquim Jozeudo, secretário da PJM Recife, aponta a consulta ao SIAFI pelas PJM,

prometida pela Divisão de Orçamento e Finanças - DOF, e o aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento Processual – SAP, compromisso da Assessoria de Informática, como ações negociadas no encontro que otimizarão os trabalhos na PJM.

A ressalva dos secretários foi quanto a duração do encontro, todo queriam mais um dia para sanar dúvidas e conhecer melhor a estrutura da PGJM. Outra unanimidade foi a solicitação para que encontros como esse se tornem rotina no calendário de eventos do MPM e que seja estendido a todos os servidores das PJM a oportunidade de participação.



Náder Mohamad - PJM Curitiba



Maria Margarida - PJM Rio de Janeiro

Maceió sedia reuniões de Corregedores-Gerais



Membros do conselho Nacional

Desta vez, o encontro do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNCGMP reuniu autoridades e membros do MP em Maceió. Foram dois dias de reuniões temáticas que resultaram em importantes deliberações pontuadas na Carta de Maceió (veja na íntegra no site: www.mpm.gov.br).

No discurso de abertura, o presidente Péricles de Queiroz ressaltou que as finalidades do Conselho vêm sendo cumpridas de forma eficaz e ainda o valor das exposições temática que enriquecem as

discussões. “No final do debate teremos cumprido mais uma etapa pelo aperfeiçoamento e orientação dos profissionais do Ministério Público”, enfatizou Queiroz. O Governador de Alagoas em exercício Luis Abílio falou da imensa contribuição do Ministério Público para o desenvolvimento do País, destacando que as reuniões trazem reflexões fundamentais para futuras atuações do Ministério Público.

Em relação ao tema debatido durante o encontro - O afastamento de membro do Ministério Público para o exercício de cargo e função pública – os integrantes do

Conselho avaliaram que “deverá ser observado se o afastamento vai resultar em dividendos para a Instituição influenciando na atividade genérica do Ministério Público. E se esse afastamento não repercutirá negativamente no desempenho das atividades fins do MP”. Segundo o Corregedor do Ministério Público em Alagoas, Lean Araújo, organizador da reunião, somente os que ingressaram na Instituição antes de 1988 e fizeram opção pelo regime anterior poderão ocupar tais cargos.

Também ficou deliberado na Carta de Maceió que os Corregedores orientarão os Promotores de Justiça para que realizem uma atividade preventiva junto aos atos da administração pública a partir da elaboração de projetos de leis. Entendem que, somente assim esses agentes poderão melhor acompanhar a execução orçamentária viabilizando maior eficiência nas políticas públicas de cada Município.

Quanto à inspeção permanente, que é um instrumento utilizado pelas Corregedorias para controle dos atos dos Promotores de Justiça, através dos processos analisados pelos Procuradores de Justiça, não será utilizada como regra, mas sim como uma exceção para enaltecer trabalhos ou detectar desvios.



MPM em Ação

Acidente em Alcântara

Em portaria (PGJM nº 255) assinada em setembro (3) a procuradora-geral Marisa Cauduro designou o subprocurador-geral da Justiça Militar, Péricles Aurélio de Queiroz e o promotor da Justiça Militar em Belém Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues, para, em conjunto, acompanharem o Inquérito Policial Militar – IPM instaurado para apurar as causas do acidente ocorrido com foguete VLS-1, na Base de Alcântara (MA), tendo como encarregado o brigadeiro-do-ar José Monteiro Guimarães.

Falecimento

Com pesar a Procuradoria-Geral da Justiça Militar comunica o falecimento dos membros aposentados Octávio Duval Meyer e Barros e Antonio José de Lima Guimarães ocorridos recentemente. Empossado como procurador militar de 2ª Categoria – cargo depois renomeado para promotor da Justiça Militar - em setembro de 1992, Octávio Duval Meyer e Barros chegou a Procurador da Justiça Militar, por merecimento, em maio de 1993. Já Antonio José de Lima Guimarães ingressou nos quadros Ministério Público da União junto à Justiça Militar em novembro de 1962, nomeado para o cargo de Segundo Substituto de Promotor da Terceira Auditoria da Terceira Região Militar. Após promoções e nomeações da antiga estrutura do MP, aposentou-se em agosto de 1983 no cargo de procurador militar de Segunda Categoria (promotor da Justiça Militar)

Solenidade

A solenidade de substituição da Bandeira Nacional, realizada em agosto (3) na Praça dos Três Poderes, contou com a presença da procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro.

Concurso de Promoção

A procuradora Maria de Lourdes Souza Gouveia Sanson assume a vaga na Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro / 6º Ofício, aberta pela promoção à subprocuradora-geral da Justiça Militar de Arilma Cunha da Silva. Como não houve interesse pela remoção entre os outros procuradores, o cargo de procurador da Procuradoria da Justiça Militar em Campo Grande será preenchido por concurso de promoção entre promotores da Justiça Militar, a ser brevemente realizado.

Posses

Em agosto (27), a procuradora-geral Marisa Cauduro participou, em João Pessoa, da solenidade de posse da procuradora-geral da Paraíba, Maria do Socorro Diniz. Acompanhou também, em setembro (5), a posse do presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais da Justiça, Achilles Siquara de Jesus Filho, ocorrida na Procuradoria-Geral de Justiça da Bahia, em Salvador.

Mudança de Endereço

O endereço da Procuradoria da Justiça Militar em Santa Maria-RS mudou. Agora, a sede se localiza à rua Duque de Caxias nº 1881 – CEP 97.015-190. O telefone continua o mesmo: (55) 221-8163 e o e-mail é o pjmsm@mpm.gov.br.

Inauguração

No próximo dia 12, a procuradora-geral Marisa Cauduro será recebida pela procuradora da Justiça Militar Anete Vasconcelos de Borborema para a inauguração das instalações da Procuradoria da Justiça Militar em Belém, situada à avenida Almirante Wandenkolk nº 1243 salas 101 a 106, no bairro de Umarizal.

Palácio do Planalto

A procuradora-geral Marisa Cauduro foi recebida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia de apresentação dos oficiais-generais promovidos em 31 de março, realizada em agosto (13) no Salão Nobre do Palácio do Planalto.

Rádio Justiça

Nas festividades pelo primeiro aniversário da TV Justiça, comemorados em agosto (11), o Supremo Tribunal Federal responsável pelo canal, anunciou a criação da Rádio Justiça, com lançamento previsto para dezembro. A solicitação de outorga da frequência de uma FM em Brasília já foi encaminhada ao Ministério das Comunicações e os processos internos de obras e aquisições de equipamentos já iniciaram. Dando início à política de radiodifusão, o STF e a Radiobrás assinaram acordo de cooperação que permitirá a transmissão de um programa semanal, às sextas-feiras, das 10h às 11h, nas rádios Nacional Brasília (AM), Nacional do Rio de Janeiro (AM) e Nacional da Amazônia (OC).

Palestra

O subprocurador-geral da Justiça Militar Kleber de Carvalho Coelho apresentou, em primeiro de agosto, no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva em São Paulo, a palestra “Aspectos Jurídicos do Emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem”.

Medalha do Pacificador

Em comemoração à Semana do Soldado, organizada pelo Ministério da Defesa (Comando do Exército), a comitiva do MPM chefiada pela procuradora-geral Marisa Cauduro assistiu ao espetáculo teatral “Os Duzentos Anos do Marechal Luís Alves de Lima e Silva, Patrono do Exército Brasileiro”, apresentado ao ar livre no Quartel-General do Exército, em Brasília. Outra solenidade comemorativa à Semana do Soldado que contou com a presença da procuradora-geral foi a entrega da Medalha do Pacificador, ocorrida no dia 22 de agosto. Entre os agraciados com a comenda estavam os subprocuradores-gerais da Justiça Militar: Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Nelson Luiz Arruda Senra e Solange Augusto Ferreira e a chefe de gabinete da PGJM Berta Martha Wernik.

Condecorações

Em julho (18), os promotores da Justiça Militar em Brasília, Jaime de Cássio Miranda e Luís Antonio Grigoletto foram condecorados pelo Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica com a medalha Mérito Santos Dumont pelos “destacados” serviços prestados à Força Aérea Brasileira.

Sorteio

Os promotores, Ronaldo Petis Fernandes – PJM Rio de Janeiro, André Luiz de Sá Santos – PJM Juiz de Fora e Rejane Batista de Souza – PJM Curitiba, foram contemplados com passagens aéreas de ida e volta para participarem do Seminário “Leis Penais e Processuais Penais Comuns e o Direito Penal e Processual Militar” ocorrido na primeira semana de setembro em Porto Alegre-RS. O sorteio foi realizado em agosto (14) pela procuradora-geral Marisa Cauduro, na presença dos subprocuradores-gerais Mário Sérgio Soares, Nelson Senra e Solange Augusto Ferreira e da chefe de gabinete Berta Wernik.